

Constituintes
querem votar
logo projetos

Enquanto não sair da Ordem do Dia a discussão em primeiro turno do projeto de Constituição, que se encerra neste domingo, os projetos de decisão, que já chegam a oito, não podem ser votados pelo plenário da Constituinte. Esta foi a explicação fornecida ontem pelo senador Mauro Benevides (PMDB-CE), presidente em exercício da Mesa diretora da Constituinte, as questões de ordem levantadas pelos deputados Hermes Zanetti (PMDB-RS) e Paulo Ramos (PMDB-RJ). Ele garantiu, no entanto, que todos os projetos estão pautados e que depois do dia 23 o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, juntamente com as lideranças partidárias, definirá a Ordem do Dia que incluirá cada matéria nas sessões seguintes.

Hermes Zanetti e Paulo Ramos levantaram questão de ordem preocupados com a possibilidade de o Executivo decidir medida que contrarie o disposto nos dois projetos de decisão. O projeto nº 1, de autoria do deputado gaúcho, pede uma auditoria da dívida externa e a suspensão das remessas de pagamentos. Ele acha que só a Constituinte tem condições e poderes políticos reais para dar um rumo adequado à grave questão da dívida externa.

Por achar que a soberania da Constituinte está sendo ignorada, diante das recentes notícias de que o ministro da Fazenda pretende estabelecer novos rumos para a dívida externa, Paulo Ramos vem sistematicamente cobrando a votação de seu projeto de decisão, o nº 4, que proíba a conversão da dívida externa, no todo ou em parte, em capital de risco em território nacional. Para ele, as medidas que se anunciaram do Ministério da Fazenda "nos levam ao entendimento de que os credores internacionais e seus aliados internos têm a conversão da dívida como fato consumado, à revelia da Constituinte".

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) contradisse os argumentos de Paulo Ramos e defendeu a conversão da dívida externa em capital de risco dizendo ser esta de "grande interesse nacional". Chamou o projeto de decisão nº 4 de "nefando e nefasto" e questionou a votação que deu parecer favorável à matéria, na Comissão de Sistematização.

Cunha quer a dívida sob controle

O deputado João Cunha (PMDB-SP) apresentou projeto de decisão determinando que todos os acordos e contratos referentes à dívida externa do Brasil deverão ser submetidos ao conhecimento e decisão da maioria absoluta da Assembleia Nacional Constituinte. O projeto, que recebeu o apoio de 319 constituintes, estabelece que o Poder Executivo e seus agentes não poderão "constituir obrigações contratuais, firmar acordos com órgãos do sistema financeiro internacional ou firmar qualquer ato em relação à dívida externa sem a prévia audiência e decisão da Assembleia Nacional Constituinte".

Na justificativa do projeto de decisão, o deputado João Cunha afirma que a "Constituinte é independente e soberana, com poderes atribuídos pelo povo para formular uma nova ordem constitucional".

Emenda acaba com a figura do precatório

Os pagamentos devidos pela fazenda federal, estadual e municipal, através de sentença judicial, serão efetuados em até 90 dias após o conhecimento da condenação pelo órgão do Governo, segundo emenda apresentada pelo deputado Floriceno Paixão (PDT-RS), ao artigo 197 do anteprojeto constitucional, para eliminar a figura do precatório.

O texto diz que os respectivos orçamentos deverão prover dotação específica estimada com base na média destes pagamentos, efetuados nos três últimos exercícios, e corresponder sempre ao mesmo percentual do orçamento global.

Entende o parlamentar que o atual sistema de precatório é uma grave injustiça "que desfigura a grandiosidade da Constituição, enfraquecendo o respeito às decisões do poder Judiciário, além de estimular o poder público a desprezar o cumprimento das leis".

Floriceno Paixão baseia a sua proposta na demora dos pagamentos devidos que, além de levar dois anos e meio, são efetuados sem correção monetária.

CNBB pede CPI para apurar denúncias

Dom Luciano vai processar o *Estadão* e critica a falta de defesa na Constituinte



Dom Luciano, no debate: CPI provará falsificação de documentos

ARNALDO PRIETO

"Trabalho dos grupos vai ser fundamental"

O deputado Arnaldo Prieto (PFL-RS), ex-ministro do Trabalho (no governo Geisel), é um dos constituintes envolvidos nas negociações que, paralelamente à Comissão de Sistematização, buscam racionalizar e encontrar o consenso dentro do texto do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM). Um dos membros do grupo dos 32 parlamentares que reduziram praticamente à metade o anteprojeto Cabral, o deputado falou ao CORREIO sobre a experiência, que considerou fundamental para que, em plenário, o processo de votação da nova Constituição se desenvolvesse mais racionalmente e com maior proveito para o País.

— Por que aconteceu a formação de grupos dentro da constituinte para fazer um trabalho que, em tese, já devia estar pronto desde a fase das comissões temáticas?

O sistema adotado pela Constituinte para a elaboração da Constituição — a divisão do Congresso em 24 subcomissões — sem um modelo sobre o qual se pudesse trabalhar, transformou o texto resultante em uma verdadeira colcha de retalhos. Este processo, de baixo para cima, não foi certamente o mais racional, ainda que tenha sido o mais democrático, que ensejou a participação ampla da sociedade no processo de elaboração da constituinte.

— A colcha de retalhos teve então que ser refeita pelos grupos?

No período que intermediou a conclusão das comissões temáticas e o que está em curso — o de emendas de plenário — foi o momento ideal para que os grupos surgissem. Este fenômeno revela o desejo de participação concreta dos constituintes no processo. O resultado do trabalho destes grupos é positivo, mas tal-



Arnaldo Prieto

vez mais positivo que este resultado seja o exercício da negociação, um exercício fundamental para o trabalho de elaboração da nova Carta.

— Em que o trabalho dos grupos vai ajudar a votação em plenário?

Bem, separado o que é matéria de consenso do que é polêmico no anteprojeto da Comissão de Sistematização, pode-se ter uma base para as discussões em plenário. Aquela fase mais exaltada de votações (nas comissões temáticas), com as galerias lotadas, influenciou demais os parlamentares, que ainda não tinham um conhecimento profundo do corpo de legisladores que formavam a Constituinte. Agora não, não deverá haver surpresas quanto às posições dos deputados e senadores, já existe uma acomodação das diversas correntes dentro do processo.

— Como foi o relacionamento do grupo do qual o senhor participou com o restante dos grupos dentro da constituinte?

Trabalhamos em pares, primeiro eliminando do texto o que não era matéria constitucional, capítulo por capítulo. Só aí foram eliminados 199 artigos. Depois entramos em contato com o grupo que estava analisando os temas polêmicos, do

qual participava o deputado Euclides Scalco (PMDB-PR). A partir destes contatos, que foram feitos em duas ou três reuniões, recolocamos alguns itens que tinham saído e aperfeiçoamos outros.

— Algumas comissões tiveram problemas na elaboração de seus textos. A da Família sequer produziu um anteprojeto, por falta justamente de um acordo que viabilizasse uma votação. Não há risco de isso vir a acontecer em plenário?

Os temas desta Comissão já estão praticamente acordados nos grupos de trabalho. São dois os itens sobre os quais não houve consenso: o da destinação de verbas públicas com exclusividade (ou não) para o ensino público e a questão de concessão de emissoras de rádio e TV. Em ambos os casos, o acordo se fará, tenho certeza. As verbas públicas serão destinadas ao ensino público prioritariamente, mas poderão ser repassadas a escolas confessionais ou de interesse comunitário. As concessões continuarão sob responsabilidade do Poder Executivo, mas poderão ser revisadas pelo Congresso Nacional. Considero esta proposta bastante progressista.

— O PFL não está insatisfeito com o fato do PMDB estar numa posição muito confortável na elaboração da nova constituinte, fazendo valer prioritariamente suas posições?

O PFL confia em que o relator Bernardo Cabral esteja fazendo um trabalho que seja não a face do PMDB, mas a face da sociedade e de seus representantes na constituinte: o PT, os PCs e o PFL, e assim por diante. Tão logo o substitutivo de Cabral seja apresentado, o nosso partido vai destacar uma comissão para avaliá-lo.

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, dom Luciano Mendes de Almeida, pediu ontem a um grupo de constituintes, com o qual se reuniu, a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as denúncias feitas pelo jornal O Estado de S. Paulo contra o Conselho Indigenista Missionário (Cimi). O presidente da CNBB pediu rapidez na CPI, através da qual espera provar que houve falsificação e fraude na documentação que serviu de base para as reportagens publicadas no Estadão. Dom Luciano reiterou sua intenção de processar o jornal. Para tanto, ontem à tarde ele teve uma reunião com os advogados da CNBB.

O encontro de dom Luciano com os constituintes foi promovido pela Fundação Pedroso Horta, do PMDB, na sede da Comissão de Finanças do Senado. A um auditório lotado, mas com menos de 40 constituintes, o presidente da CNBB lembrou que hoje existem apenas 200 mil índios no País, e que as terras formam para as populações indígenas o enquadramento da própria vida". Dom Luciano lembrou que a CNBB não se opõe à exploração de minérios, mas quer que seja respeitado o direito à vida e ao desenvolvimento dessas populações. "Até agora na Constituinte, a causa indígena tem sido considerada e os direitos dos índios respeitados", avaliou, creditando as denúncias do Estadão às "apreensões causadas por este fato a alguém", que preferiu não acusar.

— Por causa do trabalho dos constituintes, resolveram modificar a imagem do Cimi, com base em documentos falsificados, que acusam o Conselho, inclusive, de querer obter vantagens financeiras com a exploração mineral. As seis matérias publicadas procuram destruir a verdade sobre o papel do Cimi, atentando contra a própria beleza da vontade missionária.

Mas nem só de elogio foram as palavras de dom Luciano aos constituintes. Ele os criticou abertamente, quando afirmou não ter havido uma defesa clara,

em plenário, contra as acusações. Ao contrário, segundo o presidente da CNBB, "num momento de democratização do País, tais denúncias encontraram eco no Congresso, inclusive com parlamentares pedindo a fiscalização do Cimi, e não das denúncias". Dom Luciano, por isso, concordou com a realização de uma CPI, desde que sua ação seja rápida e eficaz. Foi entusiástica e longamente aplaudido pelos constituintes, que compareceram ao auditório da Comissão de Finanças convocados para defender o Cimi.

Após o pronunciamento de dom Luciano, começaram os debates, com 16 inscritos, além do presidente do Conselho Nacional dos Geólogos, Vanderlino Teixeira de Carvalho, que contestou estimativas de que em terras indígenas há 400 bilhões de dólares em minérios e reservas de ouro superiores às da África do Sul. "Não há estudo nesse sentido. E um disparate para confundir a opinião pública. O que há nessa região são perspectivas geológicas ainda não bem definidas", explicou. O primeiro deputado a falar foi Otávio Elisio, que disse não ser aceitável a exploração predatória nas terras indígenas e na Amazônia. "É fundamental que nosso debate tenha desdobramentos na Constituinte", defendeu. O deputado Antônio Câmara disse que é preciso que a Constituinte garanta que não ocorra mais na Amazônia e em terras indígenas o que ocorre em seu Estado, o Rio Grande do Norte, que segundo ele, tem 87 por cento de seus recursos nas mãos das multinacionais.

Também o deputado Gabriel Guerreiro defendeu a preservação dos índios, mas sem o comprometimento do desenvolvimento da Amazônia. "Não abro mão da soberania sobre o subsolo, que deve pertencer à Nação, inclusive com o Congresso tendo o direito de cassar qualquer concessão de exploração".

Dom Luciano voltou a falar — para a surpresa de todos — em tom agressivo e irritado. "O que queremos é que haja mineração em outras terras, primeiro, e que a mineração em ter-

ras indígenas traga benefícios para os índios". Irônico, disse: "Querida ver fazer mineração numa área de pecuaristas ricos". Em tom de crítica aos constituintes, o presidente da CNBB perguntou: "Por que garantir a soberania apenas nas terras indígenas?". E, finalmente, apontou qual deve ser, no seu entender, o critério defendido: "Soberania, sim, mas sempre: não só quanto ao índio".

O debate prosseguiu, inclusive, com a palavra de um índio, o ex-deputado Mário Juruna. "Não há homem no Brasil. Não há pelo no Brasil. Gostaria que os senhores constituintes defendessem os direitos dos índios", afirmou Juruna. "Seria bom procurar minério longe do índio. Acima da terra existe a tribo, que é mais importante que a riqueza. O índio, ao contrário do branco, não quer riqueza, quer a terra para sobreviver", avisou. Ao pedir a palavra, o senador Ronan Tito informou que tinha em mãos todos os "papéis, e não documentos" que deram origem às reportagens do jornal O Estado de S. Paulo. Acusou Mauro Nogueira — "um cidadão procurado pela polícia do Pará e do Maranhão" — de ser responsável pelos papéis e criticou o jornal por ter dado "tanta credibilidade a ele, sem a menor investigação".

Entre os menos de 40 constituintes que participaram do debate, poucos eram favoráveis à exploração de minérios em terras indígenas. O deputado Gustavo Faria, que não ficou até o fim do debate, garantiu, em entrevista, que as mineradoras que atuam no País estão "cerceadas" pelo projeto de Constituição. "No plenário vamos derrubar isso. Como está, não dá", garantiu. O deputado Roberto Cardoso Alves defendeu a campanha do Estado de S. Paulo, justificando que o jornal, na verdade, pretende que não haja "formação de estoques de minérios não explorados". Como Gustavo Faria, Cardoso afirmou não ter dúvida de que será fácil mudar o texto do projeto.

A baixa temperatura da Serra gaúcha não foi suficiente para diminuir o ânimo do empresário em defesa do setor, lembrando que este vem sendo esquecido pelas autoridades nos últimos anos, embora possa dar uma enorme contribuição para a recuperação econômica do País. Afirmou que falta uma política definida especialmente no que diz respeito a recursos para a produção e comercialização de imóveis.

Industrial prevê grande erro na Carta

"A Constituinte quer contemplar a justiça social na nova Carta Constitucional brasileira, mas desconhece a realidade do sistema produtivo, o que poderá comprometer tanto os benefícios que se quer instituir aos trabalhadores, como a viabilidade das empresas". O alerta foi dado ontem, em Canela, pelo presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, deputado Luis Roberto Ponte, na abertura do 47º Encontro Nacional da Indústria da Construção que contou com a presença do governador Pedro Simon e do presidente da Caixa Econômica Federal, Maurício Viotti, entre outras autoridades do setor.

Ponte teme que em nome da Justiça Social, que se constitui num forte apelo, seja aprovada a atual redação referente à concessão de estabilidade no emprego e que veda a demissão arbitrária. Ponte quer que sejam criados instrumentos de proteção ao trabalhador, a ser indenizado, em caso de demissão, de maneira proporcional ao seu tempo de serviço. O presidente da CBIC diz, ainda, que há desinformação quanto à situação de setores específicos como o da construção civil, que hoje produz menos de 50% do que produzia em 82 e cuja vida média das empresas vem sendo reduzida significativamente.

A baixa temperatura da Serra gaúcha não foi suficiente para diminuir o ânimo do empresário em defesa do setor, lembrando que este vem sendo esquecido pelas autoridades nos últimos anos, embora possa dar uma enorme contribuição para a recuperação econômica do País. Afirmou que falta uma política definida especialmente no que diz respeito a recursos para a produção e comercialização de imóveis.